

BURGUÊS! A IRREFLEXÃO QUE NEGA O DIREITO DE SER

BOURGEOIS! THE IRREFLEXION THAT BLANDS THE RIGHT OF BEING

Thiago Proti*

RESUMO

O presente artigo pretende refletir sobre o significado de um conceito que pode ser o ponto de partida da filosofia, mas que exige um grande esforço para se considerar que o uso de certo conceito sempre deve ser posterior ao julgamento correto de sua justeza ao sentido daquilo que se pretende entender enquanto tal. A análise do termo burguês segue aqui um itinerário histórico-conceitual que revela sua complexidade, como a da própria análise e reflexão filosófica em geral.

Palavras-chaves: Burguês. Conceito. Investigação Lógica. Método. Linguagem.

ABSTRACT

The present article intends to reflect on the meaning of a concept that can be the starting point of the philosophy, but it requires a great effort to consider that the use of a certain concept must always be posterior to the correct judgment of its rightness to the sense of what it could be understood as such point. The analysis of the bourgeois term follows here a historical-conceptual itinerary that reveals its complexity, as that of the analysis itself and philosophical reflection in general.

Keywords: Bourgeois. Concept. Logic Investigation. Method. Language

* Graduando em Filosofia pela PUC Minas. Bolsista de pesquisa Probic em 2016. Monitor do Departamento de Filosofia da PUC Minas.

1. INTRODUÇÃO

Não obstante a complexidade da tarefa filosófica, temos o difícil exercício epistêmico presente de investigação do sentido e significado da linguagem, portanto o enfrentamento que se destina ao ato de conceituar e que traz consigo a necessidade de se colocar em suspenso o automatismo retórico. Quando utilizamos em nossos discursos um conceito que pretende definir uma classe em um grupo comum, universal, e que possui as mesmas características de tal grupo, subitamente assumimos a responsabilidade pelo o que o outro irá entender, e nos responsabilizamos para com o sentido que queremos dar ao termo, seguindo assim uma ordem que se desenvolve já não mais de modo inteiramente abstrato, mas conscientemente direcionada a precisar um registro conceitual.

Estabelecer um conceito em uma frase é por um lado enunciar o que se pensa, ao passo que também é aguardar pelo o que será entendido tal noção conceitual. Ultrapassar o limite da linguagem em um diálogo é um ato que se concretiza quando utilizamos um conceito no qual podemos inferir empiricamente sua existência concreta. Deste modo o que aqui se pretende é tentar mostrar que existe uma cruel consequência na escolha da perspectiva que planejamos, quando queremos ser conceituais e não temos a justa atenção com a conexão que fazemos entre discurso e fato, conceito e adequação. Ressaltando a importância de compreendermos a lógica da pesquisa científica que envolve o conceito, faz-se necessário valorarmos o entendimento do filósofo Karl Raimund Popper (1902-1994) no que tange a sua crítica ao historicismo.

Em sua obra *Miséria do Historicismo* (*The Poverty of Historicism*), de 1957. Karl Popper identifica que o maior problema do historicismo, tal como se encontra no marxismo, condiz justamente com a falta de coerência no ato de tentar prever os rumos da história. De tal modo que assim se comprometeria também o entendimento do tempo presente, em virtude da presunção do futuro em função do passado.

Adiante no texto distinguiremos como se desenvolve o entendimento de um simples conceito, e o modo como sua apropriação nos discursos de autoridade se mostra questionável. Mas, é agradável que antes tentemos expor de maneira estética, algo que nos situe em um ponto de partida mais adequado ao método de investigação. Partindo do princípio de que, embora sejamos indivíduos capazes de conhecermos mais a nós mesmos

do que o funcionamento quântico, por exemplo, tal conhecimento não nos habilita a uma inteligibilidade de fatos, tal como no historicismo. Isto porque somos agentes do conhecimento, indivíduos que produzem conhecimento e história. Logo presumirmos que o curso natural da história pode ser previsto, e que um conceito manterá seu significado de modo atemporal, obedecendo somente à retórica, equivale ao descarte da mobilidade histórica e da provisoriedade científica. Sermos enfáticos em nossos discursos poderia então culminar em um desastre lógico, caso não considerássemos a capacidade intrínseca de falseabilidade de qualquer conceito ou teoria.

Em um trecho de sua obra “Miséria do Historicismo”, Karl Popper nos diz que:

“Sem dúvida que usamos o conhecimento de nós mesmos para elaborar as hipóteses. Porém, esta intuição não significa vantagem nenhuma, pois todas as hipóteses devem ser submetidas ao método de seleção por eliminação. Além disso, o físico também usa do que podemos chamar de intuição compreensiva ou imaginação para formular suas hipóteses”. (POPPER, 1957. p. 108.)

Ao se conferir o uso de conceitos dentro de uma análise científica, compreende-se o sentido do conceito como uma tarefa que envolve ao mesmo tempo, lógica e análise epistemológica do conceito em um curso que termina no nosso tempo, e a partir dele é que podemos conceituar de acordo com a sua provisoriedade de sentido. Para que entendamos o problema da apropriação do termo “burguês” atualmente, faz-se necessário que nos situemos em dois momentos históricos.

2. A DELIMITAÇÃO HISTÓRICA

O primeiro momento refere-se justamente ao surgimento da ordem social que recebe o nome de burguesia, tendo início aproximado no século XI e expansão no século XII, momento tal qual observamos a superação da fase feudal e enfraquecimento da fase medieval na Europa. Territórios hoje ocupados pela França, Itália e Espanha dentre outros países, foram os primeiros lugares nos quais podemos constatar a mudança na organização da sociedade, modificando a partir de então seu funcionamento.

O poder de ação dos indivíduos por meio do trabalho autônomo era em linhas gerais o que diferenciava os burgos dos feudos. Temos como segundo momento da apropriação do

termo “burguês”, tal como o podemos apreender no tempo atual ou seja, estamos falando justamente da utilização pejorativa presente nos discursos políticos de nosso século.

Primeiramente, se assumirmos a palavra “burguês” como uma derivação do termo equivalente ao homem que vivia no burgo ou nos burgos, já não mais podemos dizer que o “burguês” possuía feições e funções sociais universais, dado que a variação das atividades econômicas era condizente e dependente dos *burgos*, portanto a burguesia mostrava-se móvel.

O filósofo Karl Popper ao tecer suas críticas ao marxismo deixa claro que o erro de Karl Marx foi ter considerado de maneira *antinaturalista* e ao mesmo tempo *pró-naturalista* o funcionamento econômico da sociedade. Faria todo e completo sentido criticarmos atualmente a classe burguesa, se esta fosse constituída unicamente por herança histórica, de tal modo que a liberdade e mobilidade das classes jamais encontrariam um horizonte dialógico.

A partir do momento em que assumimos a existência de estratos na própria burguesia, abrimos margem à possibilidade de categorização do termo “burguês”, e haveria então a alta, média e baixa burguesia. Por essa simples divisão ser possível, já se pode questionar a aparente ontologização precipitada que alguns comentadores se permitem fazer.

Fica ainda mais evidente a contradição do pensamento historicista de Karl Marx (1818-1883) ao lermos um trecho de sua obra “A miséria da Filosofia” de (1847), como veremos neste trecho de subtítulo *Primeira Observação* do segundo tomo *A metafísica da economia política*:

“Não fazemos uma *história segundo a ordem temporal*, mas *segundo a sucessão das ideias*. As *fases* ou *categorias* econômicas são, em sua manifestação, ora contemporâneas, ora invertidas... As teorias econômicas nem por isto deixam de ter a sua *sucessão lógica* e a sua *série no entendimento*: é esta ordem que nos orgulhamos de ter descoberto”. (MARX, 2007, p.102)

Prestando bem atenção ao método de investigação histórica marxista, é evidente que o tratamento que é dado ao uso dos conceitos desenvolve-se de maneira contraditória, pois se desconsidera a temporalidade histórica, ao passo que se pretende prever o futuro da evolução e desenvolvimento social. Vale também ressaltar que, as teorias econômicas marxistas engendram em seu escopo teórico conceitos, tal como o do “burguês”, em uma

linha de raciocínio que não delinea corretamente sua visão perspectivista, tendo como fuga da naturalidade dos acontecimentos históricos uma espécie de inorganicidade da economia. Algo que nega o pró-naturalismo existente na indução que pré-vê a evolução da sociedade. Admite-se no marxismo que assim como nas leis da natureza é possível também assumir leis semelhantes para o desenvolvimento da sociedade.

Uma leitura naturalizante do conjunto constitutivo da palavra “burguês” é deveras problemática, no sentido de que, ao conceituarmos de maneira totalizante um sistema móvel que se funda no capitalismo, torna-se algo inviável do ponto de vista fenomenológico; absorvendo a ideia de que não existe apenas uma epistemologia, e que no campo do entendimento, cada atividade intelectual possui suas próprias regras.

3. A HISTÓRIA E A LINGUAGEM

Para tratarmos filosoficamente de um conceito, segundo Wittgenstein (1889-1951) devemos nos ater às suas regras. Por se tratar de um filósofo da linguagem, temos que admitir, com a ajuda de Wittgenstein, que o homem se limita à própria linguagem e nada mais, para dar significado às suas percepções. Considerando ainda o filósofo Wittgenstein, sabemos que para ele os fatos são mais importantes que as coisas, deste modo podemos a partir de um excerto de sua obra *Tractatus-Logico-Philosophicus* aludir a algum questionamento. Temos, assim, as seguintes exposições do filósofo pouco depois do prefácio:

“**3.34** A proposição possui traços essenciais e acidentais. Acidentais são traços que derivam da maneira particular de produzir o signo proposicional; essenciais, aqueles que sozinhos tornam a proposição capaz de exprimir seu sentido.

3.341 É pois essencial na proposição o que é comum a todas as proposições que podem exprimir o mesmo sentido. E do mesmo modo é em geral essencial no símbolo o que é comum a todos os símbolos que podem preencher o mesmo fim.

3.3411 Seria então possível dizer: o nome autêntico é aquilo que todos os símbolos que designam o objeto têm em comum. Daí resultaria paulatinamente que nenhuma composição é essencial para o nome. (WITTGENSTEIN, 1994, p. 68).

Deste pequeno trecho, a indagação que podemos fazer se destina ao uso do conceito, este de certo, se valorarmos a perspectiva de Wittgenstein, possui uma conexão um tanto quanto

relativista em face à realidade. Duvidosamente se interpõe aquilo que é essencial em uma proposição, sob o jugo da linguagem, que pode ou não estabelecer em relação ao nome, aquilo que se pretende no discurso destinar como essencial ou acidental.

A tentativa aqui, não é a busca por subterfúgios na linguagem, por meio de jogos semânticos, mas sim se faz cada vez mais necessário a busca aposta em um método de investigação que vise estabelecer a melhor interlocução entre a realidade e a lógica, evitando o afastamento das partes, tal como se resume para Wittgenstein, na linguagem, a expressão do conhecimento.

Retomando o aspecto existencial do conceito aqui tratado, é absolutamente válido reconhecemos, nos vários exemplares individuais de nossa sociedade, a relação entre ocupação intelectual e ocupação profissional. O que podemos perceber é que existe uma relação contraditória entre aquilo que o indivíduo pensa e o seu lugar dentro de uma estratificação socioeconômica, de tal maneira que afirmamos um indivíduo ou uma classe como sendo “burguês” e “burguesia”, atualmente é uma anunciação de erro na própria declaração. Basta observarmos que até mesmo dentro do meio acadêmico temos indivíduos que se engajam politicamente de maneira contrária ao capitalismo, entretanto na ordem social e econômica não pertencem ao proletariado.

Vejamos que o uso inadequado do conceito surte efeitos negativos no entendimento, gerando assim uma falsa ideia de pertencimento e não pertencimento. O filósofo Martin Heidegger (1889-1976) traz a tona em sua mais famosa obra *Ser e Tempo*, do ano de 1927, dentre outras grandes contribuições, aquilo que aqui é conveniente lembrar, a dicotomia entre tempo e o modo de ser do homem no mundo, o *Dasein*. Para Heidegger, é de suma importância que pensemos nas atualizações dos seres humanos enquanto fenômenos intrinsecamente temporais, de tal maneira que o discurso feito e sua temporalidade são ao mesmo tempo abertura para a atualização do conceito e daquele que o enuncia.

Para ressaltarmos novamente a importância de sermos coerentes no uso do conceito, leremos então um pequeno excerto da obra *Ser e Tempo*, especificamente na parte II do livro, na segunda seção *Pre-sença e temporalidade* no capítulo quarto, tópico *d A temporalidade do Discurso* e no subtítulo precedente, *A temporalidade do ser-no-mundo e o problema da transcendência no mundo*.

“A plena abertura do “pre”, que se constitui de compreensão, disposição e decadência, articula-se com o discurso. Por isto, o discurso não se temporaliza, primordialmente, em uma ekstase determinada. Como, na maior parte das vezes, o discurso de fato se pronuncia na linguagem e, inicialmente, no modo de uma interpelação que ocupa e discute o “mundo circundante”, a *atualização* possui, sem dúvida, uma função constitutiva *proeminente*”. “Somente partindo do enraizamento da pre-sença na temporalidade é que se pode penetrar na *possibilidade* existencial do fenômeno, *ser-no-mundo*, que, no começo da analítica da pre-sença, fez-se conhecer como constituição fundamental. Cabia, neste começo, assegurar a unidade inquebrantável da estrutura deste fenômeno. Com isso, ficou em segundo plano a questão sobre o *fundamento da unidade possível* das *articulações* desta estrutura. Na intenção de proteger o fenômeno das tendências de fragmentação mais evidentes e, por isso, mais fatais, interpretou-se, com maior detalhamento, o modo mais imediato e cotidiano do ser-no-mundo, a saber, o *ser que se ocupa* junto ao que está à mão dentro do mundo. Agora que a própria *cura* foi, ontologicamente, delimitada e reconduzida ao seu fundamento existencial, isto é, à temporalidade, a *ocupação* pode, por sua vez, ser *explicitamente* concebida a partir da cura e da temporalidade”. (HEIDEGGER, 2012, p. 148-150)

4. A LINGUAGEM E O MÉTODO

Esclarecendo a proposição anteriormente citada, em outras palavras, o erro manifesta-se no uso entificado dos seres, sim, pois quando falamos de uma sociedade burguesa estabilizada por indivíduos, desconsideramos a provisoriedade da condição de cada indivíduo; já que, classicamente, por burgueses, temos os dominantes, os médios, e os baixos ascendentes. Não obstante devemos considerar a condição existencial dos seres que constituem a sociedade capitalista e burguesa.

Da crítica de Marx ao capitalismo, podemos pensar que ao se fazer dos seres humanos verdadeiras máquinas operantes de um sistema suprassumido das origens demonizadas do capitalismo, também se eleva uma simples definição ao patamar de ordenação.

A condição existencial dos seres humanos não subsiste unicamente da sua designação social. Ao analisarmos o existencialismo em contraposição ao racionalismo individualista, temos uma tentativa de se dizer mais do outro, não mediante aos princípios do “eu”, mas sim considerando a exclusividade do outro enquanto outro.

O comum histórico do materialismo ao coisificar o ser do *ser-do-homem*, assim o faz sob o ponto de vista da práxis que rege e constitui toda sua atividade sob as bases

ontológicas do trabalho, entificando assim o “ser burguês”. O que propicia uma profunda limitação e alienação do termo “burguês”, dado que, se considera já de início certa impotência do indivíduo e da sociedade mediante ao sistema capitalista, algo que reduz toda a condição existencial do “eu” do *outro* ao inato império economicista.

Torna-se cada vez mais agressivo o discurso contra o que se supõe ser de modo geral a classe burguesa, desconsideram-se os princípios de individualização dos seres, a fim de se alimentar no discurso a atemporalidade dos próprios seres. As consequências de tais desconsiderações conduzem à banalização das produções intelectuais, culturais e, sobretudo torna indigno o discurso ético, considerando que se mistura junto ao termo “burguês” o atributo de ser alienado e corrompido.

Se reduzirmos o “burguês” do nosso século ao discurso pejorativo, que o coloca sempre em uma condição de sujeito econômico, estamos correndo o risco de não sermos justos sequer com os sujeitos que inauguraram o termo, após o fim do sistema feudal. Vivemos em um período de extremas transformações sociais, tal condição que se vale do tempo como fator primordial de todas as superações dos determinismos, tem seu lugar em bases democráticas, um horizonte que parece cada vez mais inatingível.

No campo das incertezas, com relação aos atos do seres humanos, fazemos uma análise do comportamento do homem nos firmando em um termo estagnado em sua significação, o que nos leva a uma generalização do termo “burguês”, não obstante limitamos o diálogo a pré-conceituação de uma classe. Retira-se, assim, toda a capacidade criativa e crítica dos indivíduos que supostamente compõem a burguesia, em função da argumentação de autoridade apropriada por aqueles que se intitulam não-alienados.

Ao se adotar essa postura, fatalmente cai-se em um problema ético e moral, sendo assim, como se poderia caracterizar nossas condutas morais e éticas, assumindo uma postura revolucionária frente ao sistema “burguês”? Sendo que, se analisarmos friamente nosso próprio status social, podemos ser os próprios burgueses do século XXI.

O filósofo, físico e matemático René Descartes (1596-1650), em sua obra *Discurso do Método*, na terceira parte, trata especificamente da moral provisória, a partir da mesma o filósofo nos apresenta três ou quatro máximas. Dessas, na primeira máxima, Descartes inicia dizendo que era conveniente e sensato obedecer às leis de seu país, terminando por dizer que:

“Começando desde então a não contar para nada com as minhas próprias opiniões, porque eu as queria submeter todas a exame, estava certo de que o melhor a fazer era seguir as dos mais sensatos. E, embora haja talvez, entre os persas e chineses, homens tão sensatos como entre nós, parecia-me que o mais útil seria pautar-me por aqueles entre os quais teria de viver; e que, para saber quais eram verdadeiramente as suas opiniões, devia tomar nota mais daquilo que praticavam do que daquilo que diziam; não só porque, na corrupção de nossos costumes, há poucas pessoas que queiram dizer tudo o que acreditam, mas também porque muitos o ignoram, por sua vez; pois, sendo a ação do pensamento, pela qual se crê uma coisa, diferente daquela pela qual se conhece que se crê nela, amiúde uma se apresenta sem a outra”. (DESCARTES, 1973. p.41-42p)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo que de modo apenas formal, pode-se chegar à conclusão que a deturpação do termo “burguês” cria uma ação reacionária na qual os indivíduos ao não se identificarem dentro de uma burguesia, mesmo fazendo parte da mesma, passam a criticar algo no qual se está, estando ou fixando-se, desta maneira, em condição de negação. A posição de ação e reação ao que se entende como opressão só pode nos conduzir ao limiar da intolerância. Nesse cenário vivenciamos jogos políticos de competição, radicalismos culturais visando sempre à forçosa aceitação de imposições arbitrárias. Não seria nenhum absurdo pensarmos em uma moral provisório tal como o burguês René Descartes propôs. Deste modo ao falarmos do “burguês” de nosso tempo atual, estaríamos falando de um sujeito que, sem precisar adentrar qualitativamente sua individualidade, nos remeteria a dizer algo acerca do ser, a respeito do ser humano humano não propulsor de uma libertação, mas talvez e melhor, de uma simples “adequação” ao seu momento histórico-cultural.

REFERÊNCIAS

DESCARTES, René. **Discurso do método; Meditações; Objeções e respostas; As paixões da alma; Cartas**. São Paulo: Victor Civita, 1973. 336p. (Os pensadores)

POPPER, Karl Raimund. **Miséria do Historicismo; *The Poverty of Historicism***. Cultrix/Edusp, 1980. 125p.

WITTGENSTEIN, Ludwig Joseph Johann. **Tractatus logico-philosophicus**. São Paulo: Edusp, 1994. 294p.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Bragança Paulista: Vozes, 2012. 598p. (Pensamento Humano)

MARX, Karl. **Miséria da Filosofia**. São Paulo: Martin Claret, 2007. 203p. (A obra-prima de cada autor.)